

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.183, DE 2023

Dispõe sobre a aquisição de personalidade jurídica para o regular funcionamento dos movimentos sociais e populares.

Autores: Deputados CORONEL ASSIS E OUTROS

Relator: Deputado ALFREDO GASPAR

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.183, de 2023, de iniciativa dos Deputados Coronel Assis e outros, busca estabelecer que “Os movimentos sociais e populares identificados e organizados em mais de três Estados, com destaque na imprensa local e nacional, enquadram-se como entidades do Terceiro Setor, devendo adquirir personalidade jurídica, nos termos disciplinados no Código Civil e na legislação especial, para o seu regular funcionamento e responsabilização civil e penal”.

É previsto, na referida proposição, que a lei almejada entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

No âmbito da justificação oferecida à proposta legislativa em questão pelo respectivo autor, é apontado ser importante, em relação aos referidos movimentos sociais e populares, “disciplinar o seu regular funcionamento, prevendo a obrigatoriedade da aquisição de personalidade jurídica, quando se tratar de movimentos identificados e organizados em mais de três Estados, com destaque na imprensa local e nacional”, a fim “de que possa haver a responsabilização civil e penal decorrente de sua atuação, quando necessária”.



Consoante despacho proferido nesta Câmara dos Deputados, a aludida proposição foi distribuída, para análise e parecer, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno desta Casa) a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Consultando os dados e informações relativos à tramitação da aludida matéria legislativa no âmbito desta Casa, observa-se que, no curso do prazo concedido para oferecimento de emendas neste Colegiado, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

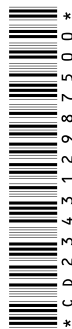
II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a proposição mencionada quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

O referido projeto de lei se encontra compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito civil, sendo legítima a iniciativa legislativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria nele versada (Constituição da República: Art. 22, caput e respectivo inciso I; Art. 48, caput; e Art. 61, caput). Vê-se, pois, que tal proposta legislativa obedece aos requisitos constitucionais formais exigidos para a espécie normativa.

Além disso, ela não contraria, à evidência, normas de caráter material erigidas pela Carta Magna, bem como os princípios e fundamentos que informam o nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada no texto do projeto de lei em apreço, por sua vez, encontra-se de acordo com ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, salvo quanto à notada ausência de um artigo



inaugural destinado a enunciar o objeto da lei pretendida. Há, portanto, que se sanar essa irregularidade.

Passemos ao exame da proposição aludida quanto ao aspecto de mérito.

A Constituição Federal, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, no âmbito de seu Art. 5º, assegura a todas as pessoas, físicas ou jurídicas, a liberdade de associação, desde que seja para fins lícitos, proibindo, contudo, a criação de associações de caráter paramilitar (inciso XVII do caput).

Também preconiza a Lei Maior, no mesmo artigo, que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado” (inciso XX do caput).

Ao lado disso, é sabido que os movimentos sociais e populares e outros grupos organizados de pessoas muitas vezes exercem um papel de extrema relevância no âmbito da sociedade civil brasileira, seja por sua destacada atuação em importantes temas e discussões ou na luta por direitos e interesses, seja pela elevada representatividade ou legitimidade obtida.

Mas se, de acordo com a Carta Magna, por um lado, há a liberdade de associação, lado outro, também é indubitoso, tal como ressaltou o autor da matéria ao justificá-la, que a mesma liberdade deve, “para além de atender a fins lícitos”, “não transbordar da legalidade e da defesa do patrimônio público e privado”.

Logo, tanto se afigura cabível, quanto se revela judicioso obrigar, mediante previsão legal a ser erigida em linha com o proposto pelo autor do projeto de lei em análise, a constituição formal de pessoa jurídica para a regular atuação e funcionamento dos movimentos sociais e populares e responsabilização civil e criminal, quando for necessária.

Merece ajuste, porém, a referência feita pelo projeto de lei em foco aos movimentos sociais e populares identificados e organizados em mais de três Estados a fim de que se passe a albergar na norma objetivada também o Distrito Federal (mediante a alusão a movimentos sociais e populares



identificados e organizados em mais de três unidades da Federação dentre os Estados e Distrito Federal).

Para a adaptação dos movimentos sociais e populares ao que dispuser a lei pretendida, ainda cumpre estabelecer, mediante cláusula de vigência apropriada, tempo razoável para a aquisição da personalidade jurídica.

Diante do exposto, o nosso voto, no âmbito desta Comissão, é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2023, nos termos do substitutivo ora proposto cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALFREDO GASPAR
Relator

2023-17354



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.183, DE 2023**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de personalidade jurídica para a regular atuação e funcionamento de movimentos sociais e populares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de aquisição de personalidade jurídica para a regular atuação e funcionamento de movimentos sociais e populares e responsabilização civil e penal, quando for necessária.

Art. 2º Os movimentos sociais e populares identificados e organizados em mais de três unidades da Federação dentre os Estados e o Distrito Federal, com destaque na imprensa local e nacional, enquadram-se como organizações do terceiro setor da economia nacional, devendo adquirir personalidade jurídica, nos termos disciplinados no Código Civil e na legislação especial, para a sua regular atuação e funcionamento e responsabilização civil e penal, quando for necessária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALFREDO GASPAR
Relator

2023-17354

